

O uso da linguagem*

Herbert H. Clark

Tradução de Nelson de Oliveira Azevedo e Pedro M. Garcez

A linguagem é usada para se fazer coisas. As pessoas a usam na conversa diária para fazer negócios, planejar refeições e férias, discutir política, fazer fofocas. Os professores a usam para instruir os alunos, os pastores para pregar aos paroquianos e os comediantes para entreter as platéias. Os advogados, juizes, júris e testemunhas a usam para conduzir julgamentos; os diplomatas, para negociar tratados e os autores, para representar Shakespeare. Os romancistas, os repórteres e os cientistas dependem da palavra escrita para entreter, informar e persuadir. Todas essas são instâncias de *uso da linguagem*, atividades nas quais, com a linguagem, as pessoas fazem coisas. E é sobre o uso da linguagem que este livro trata.

A tese desta obra é a seguinte: o uso da linguagem é realmente uma forma de *ação conjunta*, que é aquela ação levada a cabo por um grupo de pessoas agindo em coordenação uma com a outra. Como exemplo simples, pensem em duas pessoas dançando uma valsa, remando em uma canoa, executando um dueto de piano ou fazendo amor. Quando Fred Astaire e Ginger Rogers dançam, cada um dos dois se move no salão de uma maneira especial. No entanto, a dança é diferente da soma das suas ações individuais. Imagine-os dançando os mesmos passos em salas separadas ou em momentos diferentes. A dança é a ação conjunta que emerge à medida que Astaire e Rogers executam seus passos individuais em coordenação, como um casal. Fazer coisas com a linguagem é, da mesma maneira, diferente da soma de um falante falando e de um ouvinte ouvindo. Trata-se da ação conjunta que emerge quando falantes e ouvintes — ou escritores e leitores — desempenham suas ações individuais em coordenação, como um conjunto.

O uso da linguagem, portanto, incorpora tanto processos individuais quanto processos sociais. Falantes e ouvintes, escritores e leitores, devem executar ações na capacidade de indivíduos se quiserem ter sucesso em seu uso da linguagem. No entanto, devem também trabalhar juntos, como participantes nas unidades sociais que tenho chamado de conjuntos. Fred Astaire e Ginger Rogers tanto desempenham ações individuais, movendo seus corpos, braços e pernas, quanto desempenham ações conjuntas, coordenando esses movimentos, à medida que criam a dança. Em alguns campos, o uso da linguagem tem sido estudado como se fosse inteiramente um processo individual, como se ele coubesse totalmente

* Traduzido, sob permissão da editora e do autor, a partir da obra original do autor, *Using Language* (pp. 3-25), publicada pela Cambridge University Press em 1996. Fica vedada a reprodução.

Cadernos de Tradução, Porto Alegre, n.º 9, p. 1-74, jan-mar, 2000

dentro das ciências cognitivas — Psicologia Cognitiva, Lingüística, Ciência da Computação, Filosofia. Em outros campos, ele tem sido estudado como se fosse um processo inteiramente social, como se ele estivesse inteiramente dentro das ciências sociais — Psicologia Social, Sociologia, Sociolingüística, Antropologia. Gostaria de sugerir que ele pertence a ambos. Não podemos ter a esperança de compreender o uso da linguagem sem considerá-lo como sendo ações conjuntas construídas sobre ações individuais. O desafio está em explicar como funcionam todas essas ações.

A meta deste capítulo é construir a argumentação preliminar para tal tese. Para fazer isso, farei um passeio pelos cenários de uso da linguagem, observando as pessoas que desempenham papéis nesses cenários e a maneira como as ações conjuntas emergem das ações individuais. Precisaréi do resto do livro para preencher o quadro e desenvolver os princípios que dão conta de como o uso da linguagem é uma ação conjunta.

Cenários de uso da linguagem

Ao longo dos anos, tenho solicitado às pessoas que me dêem exemplos de uso da linguagem, e elas me oferecem coisas tais como "conversa", "ler um romance", "policial interrogando um suspeito", "encenar uma peça", "falar consigo mesmo" e dezenas de outras. Essas respostas são notáveis pela sua amplitude. Para termos uma idéia dessa dimensão, vamos dar uma olhada nas respostas classificadas por cena e por meio. A cena é onde acontece o uso da linguagem⁶. O meio diz respeito a se o uso da linguagem é falado ou sinalizado ou gestual, ou escrito ou impresso, ou híbrido. Usarei o termo *cenário* para a combinação de cena e meio e dividirei os meios simplesmente entre formas *faladas* e formas *escritas*.

cenários de linguagem falada

O cenário falado que se menciona mais freqüentemente é a conversa, seja face a face ou ao telefone. As conversas podem se prestar para a fofoca, para transações de negócios ou para assuntos científicos, mas são todas elas caracterizadas pela livre troca de turnos entre dois ou mais participantes. Chamarei esses de *cenários pessoais*. Nos monólogos, por sua vez, uma pessoa fala com pouca ou nenhuma oportunidade para haver interrupção ou para haver turnos de fala tomados pelos membros da platéia. Os monólogos se apresentam em muitas variedades também, como quando um professor palestra para uma turma, um pastor faz um sermão ou um aluno relata uma experiência recente para toda a turma. Essas pessoas falam em seu próprio nome, pronunciando palavras que elas próprias formularam para o público que está diante delas, havendo a expectativa de que a platéia não as interrompa. Esses são o que chamarei de *cenários não-pessoais*.

⁶ Ver em Hymes (1974, pp. 55-56), um uso relacionado dos termos cenário e cena.

Nos *cenários institucionais*, os participantes se envolvem em trocas de fala que se assemelham à conversa cotidiana, mas que são limitadas por regras institucionais. Como exemplos, pense em um político dando uma entrevista coletiva, um advogado interrogando uma testemunha no tribunal, um prefeito presidindo uma reunião na câmara ou um professor conduzindo uma discussão em um seminário de estudos. Nesses cenários, o que é dito é mais ou menos espontâneo, embora os turnos de fala sejam alocados por um líder, ou então sofrem restrições de outras maneiras. Nos *cenários prescritivos*, por sua vez, pode haver trocas, mas as palavras que são de fato pronunciadas são completa ou amplamente estabelecidas de antemão. Pense nos membros de uma igreja ou sinagoga recitando leituras de um livro de preces, ou um casal de noivos recitando os votos na cerimônia de casamento, ou um juiz de basquete marcando uma falta. Os cenários prescritivos podem ser vistos como um subconjunto dos cenários institucionais.

A pessoa que fala nem sempre é aquela cujas intenções estão sendo expressas. Os exemplos mais claros estão nos *cenários ficcionais*. John Gielgud interpreta Hamlet em uma montagem de *Hamlet*; Vivian Leigh interpreta Scarlett O'Hara em *E o vento levou*; Frank Sinatra canta uma canção romântica diante da platéia em *show* ao vivo; Paul Robeson canta como protagonista da ópera *Otello*; um anunciante de TV faz uma oferta ao seu público televisivo. Cada um dos falantes vocaliza palavras preparadas por outras pessoas — Shakespeare, Cole Porter, o departamento de jornalismo — fingindo abertamente serem falantes que expressam intenções que não são necessariamente as suas próprias.

Relacionados aos cenários ficcionais estão os *cenários mediados*, nos quais há intermediários entre a pessoa cujas intenções estão sendo expressas e os destinatários daquelas intenções. Eu cito uma carta destinada a Ed para minha secretária Annie. Uma gravação da companhia telefônica me diz a hora ou as condições climáticas. Um apresentador de TV lê as notícias da noite. Em uma audiência, um advogado lê o testamento e as últimas vontades de Baker. Uma gravação é acionada em um prédio, anunciando e descrevendo como encontrar a escada de incêndio. Um intérprete das Nações Unidas traduz simultaneamente o francês de um diplomata para o inglês. Quando cito uma carta para minha secretária Annie e pronuncio "vejo você no sábado", a pessoa que espero ver no sábado não é Annie, mas o destinatário da minha carta, que é Ed.

Finalmente, há os *cenários privados*, nos quais as pessoas falam em nome próprio, sem realmente estarem se dirigindo a mais ninguém. Posso exclamar em silêncio a mim mesmo, ou conversar comigo mesmo sobre como resolver um problema de matemática, ou ensaiar o que direi em um seminário, ou praguejar contra outro motorista que não me pode ouvir. O que digo não tem a intenção de ser reconhecido por outra pessoa, pelo menos da maneira que outros modos de fala o são.⁷ Serve apenas para mim.

⁷ Ver a discussão sobre "exclamações de reação" (Goffman, 1978) no capítulo 11.

Cenários escritos

Quando surgiram a imprensa, a escrita e o letramento, as pessoas adaptaram a linguagem falada ao meio impresso. Assim, não causa surpresa que os usos escritos tenham muitas das características dos usos falados. Os cenários escritos que mais se assemelham à conversa são os cenários pessoais, quando as pessoas escrevem para outras pessoas que conhecem pessoalmente, como quando eu escrevo uma carta para minha irmã ou quando passo um *e-mail* para um colega. Nos cenários computacionais, onde a escrita e a leitura são simultâneas em dois terminais, a experiência pode assemelhar-se à conversa ainda mais proximamente.

Muitas mensagens escritas, entretanto, não são dirigidas a indivíduos que o escritor conhece, mas sim a um tipo de indivíduo tal como “o leitor do *New York Times*”, “o leitor da *Science*”. Esses são cenários não-pessoais. Assim, um repórter escreve um artigo para os leitores do *New York Times*, um ensaísta escreve sobre castelos escoceses para leitores da revista *Country Life*, um físico escreve um livro-texto sobre eletricidade e magnetismo para estudantes universitários em nível de graduação, ou o proprietário de um automóvel escreve ao departamento de manutenção da Ford. Pode ser que o repórter conheça alguns dos leitores do *New York Times*, mas ainda assim se dirigirá aos leitores em geral. A ficção, também, é geralmente dirigida a tipos de indivíduos, freqüentemente definidos de forma genérica, como quando Henry James escreveu *The turn of the screw* (*A volta do parafuso*), Edgar Allan Poe “The Mask of the Red Death” (“A Máscara da Morte Vermelha”) e William Shakespeare escreveu *Hamlet*. Na ficção escrita, o autor escreve para uma platéia, mas, assim como na ficção falada, as intenções expressas não são as suas próprias.

Os cenários escritos, como os falados, podem introduzir intermediários entre a pessoa cujas intenções estão sendo expressas e a platéia alvo. Novamente, tratam-se de cenários mediados. Em geral, a pessoa que de fato escreve as palavras o faz no lugar daquela que aparenta estar executando a escrita ou a fala. Exemplos: os irmãos Grimm registram o conto folclórico “Aschenputtel”; um tradutor traduz *Hamlet* para francês; um *ghost writer* escreve a autobiografia de Charles Chaplin; um redator de discursos escreve um discurso para o Presidente; minha secretária datilografa a carta para Ed a partir do que eu lhe ditei; e o editor de originais encarregado deste livro edita a minha redação. Os escritores dos discursos presidenciais, por exemplo, escrevem como se eles próprios fossem o Presidente, que mais tarde lê as palavras como se fossem as suas próprias. Nós fingimos que os redatores do discurso não estiveram sequer envolvidos no processo. Anotadores, tradutores, *ghost writers*, secretárias e editores de originais, de suas diferentes maneiras, cumprem praticamente a mesma tarefa.

Em alguns cenários escritos, as palavras são selecionadas através de um procedimento institucional. Uma agência de publicidade compõe um anúncio para uma revista; uma companhia farmacêutica compõe uma tarja de advertência para

um frasco de aspirina; uma companhia alimentícia rotula uma embalagem de bicarbonato de sódio; o Senado dos EUA legisla sobre o texto de uma nova lei tributária; e o legislativo da Califórnia decide sobre os textos das placas de trânsito do estado. Embora uma pessoa possa ter composto as palavras, é a instituição — a agência de publicidade, a indústria farmacêutica, ou o legislativo — que assume a responsabilidade final, aprovando os textos como fiéis às intenções coletivas da instituição.

A linguagem escrita é usada também em cenários privados. Posso escrever na minha agenda, rabiscar um lembrete para mim mesmo, fazer anotações em uma palestra, fazer uma lista de compras, ou tirar a prova de um cálculo matemático no papel. Como nos cenários falados, estou escrevendo apenas para mim mesmo, para uso posterior.

A seguir temos exemplos dos principais tipos de cenários falados e escritos, que não chegam a ser exaustivos. Os seres humanos são criativos. Para cada nova tecnologia que surge — sistemas de escrita, imprensa, telégrafo, telefone, rádio, gravação em áudio, televisão, gravação em vídeo, secretária eletrônica, computador interativo e processador de voz — as pessoas desenvolvem novos cenários. Não havendo fim para o surgimento de novas tecnologias, tampouco há fim para os meios que podem ser criados. Nosso interesse deve se concentrar nos princípios mediante os quais essas novas formas vão sendo criadas.

	Cenários falados	Cenários escritos
Pessoal	A conversa face a face com B	A escreve uma carta para B
Não-pessoal	O Prof. A faz uma palestra para os estudantes da turma B	O repórter A escreve uma matéria jornalística para os leitores B
Institucional	O advogado A interroga a testemunha B no tribunal	O gerente A escreve uma carta comercial para o cliente B
Prescritivo	O noivo A faz promessa ritual para a noiva B diante de testemunhas	A assina formulários oficiais para B diante do tabelião
Ficcional	A interpreta uma peça para o público B	O romancista A escreve um romance para os leitores B
Mediados	C realiza tradução simultânea para B do que A diz para B	C escreve como <i>ghost writer</i> um livro de A para o público B
Privados	A fala consigo próprio sobre seus planos	A faz anotações para si próprio sobre seus planos

A conversa como cenário básico do uso da linguagem

Nem todos os cenários são iguais. Conforme afirmou Charles Fillmore (1981), “a linguagem da conversa face a face é o uso básico e primordial da linguagem, e a melhor descrição para todos os outros usos vem a ser em termos do modo como eles se desviam daquela base” (p. 152). Se é assim, os princípios do uso da linguagem podem dividir-se principalmente em dois tipos: aqueles da conversa face a face e aqueles que dizem como os usos secundários derivam, dependem ou evoluem a partir dos primeiros. Os usos da linguagem são como um tema e suas variações na música. Primeiro percebemos o tema, sua melodia, ritmo e

dinâmica, e então tentamos descobrir como as variações derivam dele. Fillmore acrescenta: “pressuponho que essa posição não seja nem particularmente controversa, nem necessite de explicação”. Contudo, vale a pena trazer à tona o que faz com que a conversa face a face seja básica e outros cenários não.

Para um cenário de uso da linguagem ser básico, ele deve ser universal às sociedades humanas. Isso elimina os cenários escritos, uma vez que sociedades inteiras, bem como grupos dentro de sociedades letradas, dependem somente da palavra falada. Estima-se que por volta de um sexto da população mundial seja iletrada. Além disso, a maioria das línguas se desenvolveu antes da expansão do letramento. Podemos também eliminar os cenários falados que dependem de tecnologias como o rádio, a televisão e gravações, uma vez que esses não são exatamente universais. A maioria das pessoas participa de cenários não-pessoais, institucionais e prescritivos apenas raramente, e ainda assim, a sua participação é restrita a certos papéis — são o público das palestras, os paroquianos e os espectadores no tribunal. As pessoas participam freqüentemente de cenários ficcionais, mas geralmente como platéia. A conversa face a face é, portanto, o cenário mais comum de todos.

Além disso tudo, a conversa face a face é o principal cenário que não requer habilidades especiais. A leitura e a escrita exigem anos de escolarização e muitas pessoas nunca chegam a se sair muito bem. Mesmo entre pessoas que sabem escrever, o máximo que muitas chegam a fazer é escrever cartas pessoais. Para elas um simples ensaio é uma realidade distante, sem falar em um artigo de noticiário, uma peça de teatro ou um romance. Também é preciso instrução para aprender a representar, cantar, conduzir seminários, interrogar testemunhas. A maioria das pessoas acha difícil dar uma palestra, contar uma piada ou narrar uma história razoável, sem antes praticar. Quase o único meio que não requer treinamento especial é a conversa face a face.

A conversa face a face é também o cenário básico para a aquisição da linguagem por parte das crianças. Durante os seus primeiros dois ou três anos de vida, as crianças, em sociedades letradas ou iletradas, aprendem a sua língua quase somente em cenários conversacionais. O que quer que seja que elas aprendam com os livros também se dá em cenários conversacionais, à medida que seus tutores lêem em voz alta e verificam se há entendimento. As crianças podem aprender linguagem com outros meios, mas, ao que consta, elas são incapazes de aprender a sua primeira língua somente com o rádio ou a televisão⁸. Na escola, a linguagem dos colegas tem influência no dialeto adquirido, e isso também vem de cenários conversacionais. A conversação face a face é o berço do uso da linguagem.

⁸ Para evidências, ver Sachs, Bard & Johnson (1981) e Snow, Arlman-Rupp, Hassing, Jobse, Jorsten & Vorster (1976).

Cenários não-básicos

O que, então, faz com que os outros cenários sejam não-básicos? Vamos começar pelos elementos característicos da conversa face a face listados abaixo (Clark & Brennan, 1991):

1	Co-presença	Os participantes compartilham o mesmo ambiente físico.
2	Visibilidade	Os participantes podem se ver um ao outro.
3	Audibilidade	Os participantes podem se ouvir um ao outro.
4	Instantaneidade	Os participantes percebem as ações um do outro sem atraso perceptível.
5	Evanescência	O meio é evanescente — desaparece rapidamente.
6	Ausência de registro	As ações dos participantes não deixam registros ou artefatos.
7	Simultaneidade	Os participantes podem produzir e receber imediata e simultaneamente.
8	Extemporaneidade	Os participantes formulam e executam ações extemporaneamente, em tempo real.
9	Auto-determinação	Os participantes determinam para si próprios que ações tomar e quando.
10	Auto-expressão	Os participantes executam ações sendo eles próprios.

Se os cenários face a face são básicos, as pessoas deveriam ter que aplicar habilidades ou procedimentos especiais toda vez que esses elementos estivessem faltando. Quanto mais elementos estiverem faltando, mais especializadas serão as habilidades e os procedimentos. Isso se confirma informalmente.

As características de 1 a 4 refletem o *imediatismo* da conversa face a face. Nesse cenário, os participantes podem se ver e ouvir um ao outro e também o que lhes cerca, sem interferências. O telefone elimina a co-presença e a visibilidade, limitando e alterando em certas maneiras o uso da linguagem. As conversas através das conexões de vídeo prescindem da co-presença, o que as faz diferentes também. Em palestras e outros cenários não-pessoais, os falantes têm acesso restrito aos seus interlocutores destinatários, e vice-versa, mudando a maneira de proceder de ambas as partes. Nos cenários escritos, que prescindem de todos os quatro elementos, o uso da linguagem funciona ainda mais diferentemente.

As características 5 a 7 refletem o *meio*. A fala, os gestos e o direcionamento do olhar são evanescentes, mas a escrita não é, e isso tem efeitos de grande extensão no decorrer do uso da linguagem. A fala não é normalmente gravada, mas quando ela é, como numa secretária eletrônica, os participantes procedem de forma muito diferente. Em contraste, a escrita é normalmente retransmitida por meio de um registro impresso, e isso conduz a diferenças enormes na maneira em que a linguagem é usada. Contando com registros escritos e nenhuma instantaneidade, os escritores podem revisar o que escrevem antes de enviar o material escrito e os leitores podem reler, revisar e citar o que leram. A maioria dos cenários falados permitem aos participantes produzir e receber simultaneamente, mas o mesmo não é verdade para a maioria dos cenários escritos. A capacidade de falar e ouvir simultaneamente dá às pessoas estratégias úteis na conversa, como interromper, falar em sobreposição à fala dos outros, e responder “ãrrã”, sendo que tudo isso tem que ser descartado na maioria dos cenários escritos.

As características de 8 a 10 têm a ver com *controle* — quem controla o que acaba sendo feito, e como. Na conversa face a face, os participantes têm controle total. Eles falam por si próprios, conjuntamente determinam quem diz o que e quando, e ainda formulam suas elocuições à medida que vão avançando na conversa. Em outros cenários, os participantes sofrem restrições quanto ao que podem dizer e quando. A igreja, por exemplo, determina os dizeres de muitas preces e respostas. Nos cenários ficcionais, falantes e escritores *só fazem de conta* que estão executando certas ações — Gielgud apenas interpreta seu papel de Hamlet — e isso altera o que eles fazem e como são entendidos. E nos cenários mediados, há realmente duas comunicações. Wim diz em holandês “Heeft u honger?”, o que David traduz para Susan como “você está com fome?”. Susan deve ouvir o enunciado de David, sabendo que é Wim quem está realmente fazendo a pergunta. Quanto menor é o controle dos participantes sobre a formulação, sobre o tempo e sobre o sentido de suas ações, mais especializadas são as técnicas de que eles precisam lançar mão.

E quanto aos cenários privados? Eles são às vezes considerados o cenário básico do uso da linguagem. Argumenta-se que todos falamos para nós mesmos e, assim, os cenários privados são certamente universais. Quando de fato falamos sozinhos, entretanto, o principal meio é a linguagem que adquirimos dos outros. As pessoas que conhecem apenas inglês usarão inglês, as que conhecem chinês usarão chinês, o mesmo acontecendo com aquelas que conhecem ASL, a língua norte-americana de sinais. Podemos vir a desenvolver maneiras adicionais de falar sozinhos, mas estas também serão derivadas dos nossos modos sociais de falar. Ao se falar sozinho, agimos como se estivéssemos falando com outra pessoa. Assim, os cenários privados são baseados nos cenários conversacionais.

Em resumo, a conversa face a face é o cenário básico para o uso da linguagem. Ela é universal, não requer qualquer treinamento especial e é essencial na aquisição da primeira língua. Os outros cenários prescindem do imediatismo, do meio ou do controle que caracterizam a conversa face a face, exigindo, portanto, técnicas ou práticas especiais. Se quisermos caracterizar o uso da linguagem em todos os seus cenários, o cenário que deve ser priorizado é o da conversa face a face. Esse é um ponto que tomo como pressuposto para o restante deste livro.

Arenas de uso da linguagem

Os cenários da linguagem são de interesse apenas por serem arenas do uso da linguagem, lugares onde as pessoas fazem coisas com a linguagem. No centro dessas arenas estão os papéis de *falante* e de *interlocutor destinatário*. Quando Alan se dirige a Barbara, ele é o falante e ela o destinatário. Ora, Alan está falando com o propósito de fazer com que Barbara o entenda e com que ela venha a agir com base em tal entendimento. No entanto, ele sabe que não poderá ser bem sucedido a não ser que ela execute as suas próprias ações. Ela deve prestar atenção nele, ouvir suas palavras, perceber seus gestos e tentar entender o que ele quer

dizer no exato momento em que ele está falando. Barbara sabe disso tudo. Assim, Alan e Barbara não agem independentemente. Não se trata apenas de que eles executam ações *levando em conta um ao outro*, como também de que eles *coordenam* essas ações um com o outro. Para utilizar o termo que apresentei acima, dizemos que eles desempenham ações conjuntas. Para adiantarmos a discussão de como eles manejam isso tudo, comecemos pela noção de antecedentes (ou *background*).

Significado e entendimento

Alan e Barbara partem de uma grande massa de conhecimentos, crenças e suposições que acreditam compartilhar, o que chamarei de *base comum*⁹ (ver Capítulo 4). A base comum entre os dois pode ser vasta. Como membros das mesmas comunidades culturais, eles tomam como base comum crenças gerais, tais como que os objetos caem quando não têm apoio, que o mundo é dividido em nações, que a maioria dos carros funciona à gasolina, que *cachorro* pode significar “animal canino” e que Mozart foi um compositor do século XVIII. Eles também tomam como base comum certas imagens e sons que experimentaram conjuntamente ou que estão acessíveis no momento — gestos, expressões faciais e acontecimentos próximos à sua volta. Finalmente, eles pressupõem ser base comum o que se passou em conversas de que participaram juntos, incluindo a que se encontra em andamento até o presente momento. Quanto mais tempo Alan e Barbara passam juntos, maior a sua base comum.

Toda e qualquer atividade social de que Barbara e Alan se ocupam tem lugar sobre essa base comum (ver Capítulo 3). Cumprimentar com um aperto de mãos, trocar sorrisos, dançar e até mesmo passar um pelo outro na rua sem se chocar, tudo isso requer que eles coordenem as suas ações. Eles não poderão fazer nada disso sem sustentar essas ações sobre a base comum que há entre os dois. Quando a linguagem é uma parte essencial da atividade social, como no caso da conversa, da leitura de um romance ou da interpretação de uma peça, há um elemento adicional de coordenação entre o que os falantes querem dizer e o que os interlocutores destinatários entendem que eles queiram dizer, entre o *significado do falante* e o *entendimento do interlocutor destinatário*.

Suponha que Alan aponte para uma calçada próxima e diga a Barbara: “Você viu meu cachorro passar correndo por aqui?”. Ao executar essas ações — a elocução, o gesto, as expressões faciais, o direcionamento de seu olhar — Alan quer dizer que é para Barbara responder se viu ou não o cachorro dele passar na calçada para a qual ele está apontando. Esse tipo especial de intenção é o que é chamado de significado do falante (ver Capítulo 5). Ao fazer o que fez, Alan tem a intenção de que Barbara reconheça que ele quer que ela diga se ela viu ou não viu o cachorro passar correndo pela calçada, e ela deve perceber isso, em parte ao

⁹ N. de T. O termo original é *common ground*.

reconhecer aquela intenção. O notável sobre as intenções de Alan é que elas envolvem os pensamentos de Barbara sobre essas mesmas intenções. Para ter sucesso, ele deve fazer com que Barbara se coordene com relação ao que ele quer dizer e ao que ela entende que ele esteja querendo dizer. Trata-se de um tipo de ação conjunta.

Duas partes essenciais da ação conjunta dos dois são os sinais de Alan e a identificação desses sinais por parte de Barbara. Usarei o termo *sinal* para qualquer ação pela qual uma pessoa queira dizer algo a uma outra pessoa. Isto é, significado e entendimento são criados em torno de eventos particulares — com qualificações ainda por vir — que são iniciados pelos falantes para que os destinatários os venham a identificar. Esses eventos são sinais. O sinal de Alan consiste de sua elocução, seus gestos, suas expressões faciais, o direcionamento de seu olhar e, talvez, outras ações, e Barbara identifica essa composição ao entender o que ele quer dizer (ver Capítulo 6).

Os sinais são ações deliberadas. Algumas são desempenhadas como parte de línguas convencionais como o inglês, o dakota, o japonês ou a língua norte-americana de sinais, ASL, mas qualquer ação deliberada pode ser um sinal nas circunstâncias certas. Ao dependurar uma escada de cordas da sua janela, Julieta sinalizou a Romeu que era seguro visitá-la. Os árbitros e os juizes sinalizam faltas e gols com gestos convencionais. Os bons contadores de histórias sinalizam aspectos das suas descrições com gestos demonstrativos não-convencionais. Todos nós sinalizamos coisas deliberadamente ao sorrir, levantar as sobrancelhas, fazer caretas empáticas e outros gestos faciais. Até mesmo sinalizamos certas coisas ao deixarmos deliberadamente de agir quando uma tal ação é mutuamente esperada, como, por exemplo, no caso de certas pausas e expressões faciais deliberadamente pasmadas.¹⁰ Assim, alguns aspectos dos sinais são convencionais e outros não são. Alguns dos aspectos convencionais pertencem aos sistemas de signos tais como o inglês ou a língua norte-americana de sinais, e outros não. Além disso, alguns sinais são desempenhados como parte de seqüências intrincadas, como em conversas e romances, e outros não. Ao dependurar a escada para Romeu, Julieta criou um sinal isolado para um propósito especial.

Alan e Barbara não vão conseguir coordenar significado e entendimento sem referência à sua base comum. Quando Alan diz “Você viu o meu cachorro passar correndo por aqui?” Barbara deve consultar os significados das palavras *você*, *viu*, *aqui*, etc., e a composição deles nas construções de frases da língua. Esses significados e construções são parte da base comum de Barbara e Alan, por que ambos são membros da comunidade de falantes dessa mesma língua. Para reconhecer os referentes de *meu*, *você*, *aqui*, e o tempo denotado por *viu*, Barbara tem que tomar conhecimento de outras partes do sinal de Alan — que ele tem o

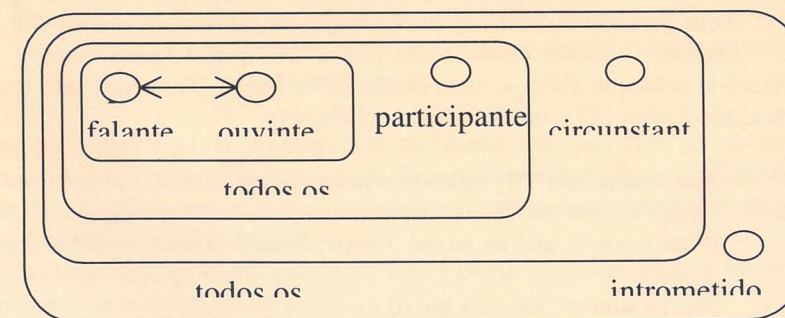
¹⁰ Um nome mais preciso para o uso da linguagem seria uso de sinais, uma vez que este não sugere uma preocupação exclusiva com as línguas convencionais. Infelizmente, um tal termo tende a agradar mais a gerais e engenheiros do que ao demais entre nós; jamais iria pegar.

olhar direcionado para ela agora, que ele está apontando para uma calçada nas proximidades. Isso por sua vez requer que ela consulte a base comum entre ambos quanto à situação imediata — que eles estão face a face, que a calçada está próxima, que Alan está rastreando aquela área à procura de alguma coisa. Para identificar o referente de *meu cachorro*, Barbara tem de consultar a base comum entre os dois em busca de um cachorro individualmente único relacionado a Alan. A base comum é o alicerce de todas as ações conjuntas e isso faz com que ele se torne essencial também para a criação do significado do falante e do entendimento do ouvinte.

Os participantes

Quando Alan pergunta a Barbara sobre o seu cachorro, Connie também pode estar participando da conversa e Damon pode estar ouvindo nas proximidades. Alan, Barbara, Connie e Damon, cada um por sua vez, se relacionam de modo diferente com a pergunta de Alan.

As pessoas em torno de uma ação como a de Alan dividem-se primeiro em quem realmente está participando e quem não está: *participantes* e *não-participantes*. Em termos da pergunta de Alan, os participantes são o próprio Alan, Barbara e Connie: são os que ele considera “participantes ratificados” (Goffman, 1976). Incluem-se aí o falante e os interlocutores destinatários — no caso, Alan e Barbara — bem como outros que fazem parte da conversa, mas a quem a palavra não está sendo dirigida no momento — no caso, Connie, que é um *participante secundário*. Todos os outros são *ouvintes por acaso*, que não têm direitos ou responsabilidades na conversa. Os ouvintes por acaso aparecem em dois tipos: os *circunstantes* são os que estão abertamente presentes, mas que não fazem parte da conversa, e os *intrusos* são os que fazem escuta sem que o falante se dê conta disso. Há, na verdade, muitos tipos de ouvintes por acaso nos entremeios.



Alan deve prestar muita atenção a essas distinções ao dizer o que diz. Por um lado, ele deve fazer distinção entre os participantes a quem a palavra está sendo dirigida e os participantes secundários. Quando pergunta a Barbara sobre seu

cachorro, e Connie está na conversa, ele deve assegurar-se de que Barbara é quem deve responder a sua pergunta, e não Connie. Ainda assim, ele deve certificar-se de que Connie entende o que ele está perguntando a Barbara (ver Capítulo 3). Ele também deve levar em conta os ouvintes por acaso, mas, já que esses ouvintes não têm direitos ou responsabilidades na conversa em curso, ele pode tratá-los como lhe convier, podendo, por exemplo, tentar esconder de Damon o que está perguntando a Barbara ao dizer: “Por acaso você viu você-sabe-o-que passar por aqui?” Nem sempre é fácil lidar ao mesmo tempo com participantes e ouvintes por acaso (Clark & Carlson, 1982a; Clark & Schaffer, 1987a, 1992; Schober & Clark, 1989).

Assim, os participantes secundários e os intrometidos ajudam a moldar a maneira como os falantes e seus interlocutores destinatários agem um em relação ao outro, também representando maneiras diferentes de ouvir e de entender. Como interlocutora destinatária, Barbara pode contar com a intenção de Alan de estar construindo a elocução que ele está produzindo de tal modo que ela entenda a elocução. No entanto, como um intrometido, Damon já não pode contar com isso. Como resultado, ambos enfrentam de maneiras diferentes, e mediante processos diferentes, a tarefa de interpretar o que Alan está dizendo. Esses outros papéis devem nos ajudar a ver com mais precisão o que propriamente vêm a ser os papéis de falante e de interlocutor destinatário, e eles vão ajudar mesmo.

As camadas nas arenas da linguagem

Os papéis com que nos deparamos até aqui, do falante ao intrometido, podem entrar, cada um deles, em um cenário primário em que há único tempo, lugar e conjunto de participantes. Em outros cenários, outros agentes podem também tomar parte, incluindo autores, dramaturgos, mediadores, atores, *ghost writers*, tradutores e intérpretes, que podem participar em lugares e tempos diferentes. Como, então, deveríamos caracterizar esses outros lugares, tempos e papéis? O que precisamos, vou sugerir, é a noção de camadas (Capítulo 12).

Quando alguém conta uma piada, os outros participantes devem reconhecê-la pelo que ela é — uma instância de ficção. Tomemos este trecho de conversa (de Sacks, 1974, em formato simplificado):

- Ken: You wanna hear- My sister told me a story last night.
 Roger: I don't wanna hear it. But if you must. (0.7)
 Al: What's purple and an island. Grape, Britain. That's what his sister told him.
 Ken: No. To stun me she says uh, (0.8)
 There were these three girls and they just got married?
 [Continua a piada]
- Ken: Cê quer ouvir- A minha irmã me contou uma história a noite passada.
 Roger: Eu num quero ouvir. Mas se você insiste. (0.7)

- Al: O que é o que é que cai de pé e corre deitado – a chuva, foi isso que a irmã dele disse.
 Ken: Não. Pra me deixar de cara ela me diz ã, (0.8)
 Era uma vez três garotas e elas recém tinham casado?
 [Continua a piada]

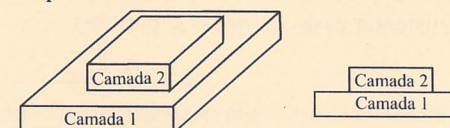
Quando Ken diz “A minha irmã me contou uma história a noite passada”, ele está fazendo uma asserção para Roger e para Al no mundo da conversa em si. Mas quando ele diz “Era uma vez três garotas e elas recém tinham casado?”, ele está fazendo uma asserção que é verdade somente no mundo hipotético da piada. Ele não acredita propriamente que havia três garotas de fato que recém haviam se casado. Ele fala naquele momento como se Roger, Ken e ele próprio fizessem parte do mundo hipotético da piada e como se ele estivesse contando para os outros dois sobre três garotas de verdade.

O que temos aqui são duas camadas de ação. A camada 1 é a camada primária de qualquer conversa, em que os participantes falam e são invocados naquele local e naquele momento, como sendo eles mesmos. A camada 2 é construída sobre a camada 1 e, neste nosso exemplo, representa um mundo hipotético. Cada camada é especificada pelo seu domínio ou mundo — por quais pessoas ou quais coisas estão dentro dele. Quando Ken diz “A minha irmã me contou uma história a noite passada”, as suas ações acontecem inteiramente na camada 1, o domínio de fato da conversa que eles estão tendo. Mas quando ele diz “Era uma vez três garotas e elas recém tinham casado?”, ele está, ao mesmo tempo, fazendo uma asserção na camada 2, no domínio hipotético da piada, e contando parte de uma piada na camada 1, o domínio de fato:

- | | |
|----------|--|
| Camada 2 | Ken conta a Roger e a Al sobre três garotas de verdade que se casaram. |
| Camada 1 | Em Los Angeles em 1965, Ken, Roger e Al conjuntamente fazem de conta que os eventos na camada 2 estão acontecendo. |

Diríamos que Roger e Al teriam entendido mal o que Ken quis dizer se pensassem que a irmã fosse hipotética e as três garotas fossem de verdade. O uso da linguagem requer que os participantes primários reconheçam, mesmo que vagamente, todas as camadas presentes a cada momento.

As camadas são como palcos de teatro construídos um sobre o outro. Na minha mente, elas se apresentam assim:



A camada 1 está no nível do solo, representando o mundo de fato, que está presente em todas as formas de uso da linguagem. A camada 2 é um palco temporário, construído sobre a camada 1 para representar um segundo domínio. Como em um palco de teatro, as personagens desempenham ações em plena visão dos participantes da camada 1. Como em um palco de teatro, elas não podem saber que a camada 1 sequer existe. As três garotas não têm como saber sobre a conversa de Ken, Roger e Al. Nesse quadro, a camada 1 é real, ao passo que a camada 2 é opcional e sustentada apenas pela camada 1. Por recursividade, pode também haver camadas superiores.

De posse da disposição em camadas, podemos agora representar o que faz com que muitos cenários da linguagem sejam derivativos (ver Capítulo 12). A conversa face a face e as cartas pessoais são normalmente conduzidas em uma camada. As piadas, os romances e outras obras de ficção utilizam pelo menos duas camadas e, quando um professor de escola lê qualquer obra em voz alta, se acrescenta ainda outra camada. As peças de teatro exigem pelo menos três camadas. O ato de ditar exige duas. Quando eu dito uma carta para a secretária e essa carta é dirigida a outra pessoa, estou falando com ela na camada 1 — nossa conversa de fato — ainda assim, simultaneamente, eu estou falando com essa outra pessoa na camada 2. A redação do *ghost writer*, a tradução simultânea e a leitura do noticiário requerem ainda outros padrões da disposição em camadas.

A disposição em camadas também nos auxilia a fazer sentido dos usos privados da linguagem. Quando George xinga um mau motorista que não pode ouvi-lo, ele está lidando com duas camadas. Na privacidade do seu carro (camada 1), ele cria na sua imaginação um domínio (camada 2) no qual ele está de fato xingando o outro motorista, cara a cara. Quando Helen silenciosamente exclama para si própria sobre a beleza do pôr do sol, ela faz a mesma coisa. Privadamente (camada 1), ela cria um domínio imaginário (camada 2), no qual ela fala com seu *alter ego*. No caso de agendas, lembretes e listas de compras, os autores se dirigem a si próprios em um outro lugar em um momento posterior. Não é algo diferente de se escrever para uma outra pessoa em um outro momento e em um outro lugar.

Até aqui, vimos que o uso da linguagem coloca as pessoas em muitos papéis. Nos cenários básicos, há sempre falantes e interlocutores destinatários, mas também pode haver participantes, circunstantes e intrometidos. Em outros cenários, também pode haver mais do que uma camada de atividade, cada uma com os seus papéis. A camada primária, que chamei de camada 1, representa pessoas de verdade fazendo coisas de verdade. As camadas superiores representam outros domínios, em geral hipotéticos, que são criados apenas para o momento em que se está. Para tal, geralmente são precisos muitos papéis diferentes, tais como ator e estenógrafo, para criar e sustentar essas camadas superiores.

Ações da linguagem

Executar ações é o que as pessoas fazem nas arenas do uso da linguagem.¹¹ Em um nível alto de abstração, elas negociam acordos, fazem fofocas e se conhecem umas às outras. Em um nível mais baixo, elas fazem asserções, pedidos, promessas e pedem desculpas umas às outras. Ao fazer essas coisas, elas categorizam as coisas, referem-se a pessoas e localizam objetos umas para as outras. Em um nível ainda mais inferior, as pessoas produzem elocuições para que os outros as identifiquem. No nível mais inferior de todos, elas produzem sons, gestos, escrita para que os outros prestem atenção, escutem, vejam. Essas são, pelo menos, as ações de falantes e interlocutores destinatários na camada primária de uso da linguagem. O impressionante é que todas essas ações parecem ser conjuntas, um conjunto de pessoas fazendo coisas coordenadamente. Se quisermos jamais chegar a entendê-las, precisamos conhecer o que são ações conjuntas e como elas funcionam. Esse é o tópico do Capítulo 3. Por ora, vamos examinar brevemente as ações conjuntas e como elas são criadas a partir de ações individuais.

Ações conjuntas

Quando toco uma sonata de Mozart ao piano, a música que produzo reflete certos processos mentais e motores meus, da leitura da música impressa à movimentação das teclas com os dedos. Esses processos estão inteiramente sob meu controle — graças à mecânica do piano, à partitura impressa, à iluminação e a outros recursos ambientais. Sou eu quem decide quando começar, a que velocidade tocar, quando diminuir ou acelerar, quando tocar forte ou pianíssimo e como dispor o fraseado. Se meus processos mentais e motores se realizarem a contento, o resultado será Mozart.

Algo diferente acontece quando meu amigo Michael e eu tocamos Mozart em dueto. Dessa vez, as minhas ações dependem das dele, e as dele dependem das minhas. Temos que coordenar os nossos processos individuais desde a leitura das notas ao toque das teclas. Cada decisão — quando iniciar, com que rapidez andar, quando diminuir ou acelerar o ritmo, quando tocar forte ou pianíssimo e como dispor o fraseado — deve ser conjunta, ou então o resultado não será Mozart. O nosso desempenho é mais bem descrito, não como dois indivíduos tocando cada um uma obra de Mozart, mas um *par de pessoas* tocando um dueto de Mozart.

Um dos contrastes aqui é entre as ações *conjuntas* e as *individuais*. Uma ação conjunta se dá por um grupo de pessoas. Tocar solo é ação individual, mas tocar em dueto é ação conjunta. Vemos os mesmos contrastes nas seguintes comparações:

¹¹ Por *ação*, *ato* e *atividade*, quero sempre dizer fazer coisas *intencionalmente*. Para duas visões de intenção e ação, ver Bratman (1987, 1990) e Cohen & Levesque (1990).

Uma pessoa remando um caiaque
 Uma pessoa empurrando um carro
 Um lenhador cortando uma tora com um serrote

Uma bailarina dançando ao som de uma gravação

Um piloto de carro de corrida dando voltas na pista de provas

Duas pessoas remando uma canoa
 Quatro pessoas empurrando um carro
 Dois lenhadores cortando uma tora com um serrote de dois cabos

Um corpo de baile dançando ao som de uma gravação

Um conjunto de dez pilotos de carro de corrida dando voltas na pista de provas

Os processos de uma pessoa podem ser muito diferentes nas ações individuais e nas ações conjuntas, mesmo quando aparentam ser idênticas. Suponha que eu toque a minha parte do dueto de Mozart em um teclado eletrônico duas vezes — solo em uma das vezes e na outra em dueto com Michael. Se você for escutar a minha participação com fones de ouvido, você poderá não perceber nenhuma diferença, mas, ainda assim, o que eu fiz foi muito diferente. Na apresentação solo, executei cada ação sozinho. No dueto, coordenei cada ação com Michael e, como qualquer pessoa que tenha tocado em duetos sabe, isso não é pouca coisa. Há diferenças análogas entre um remador e dois remadores na canoa, entre um e quatro a empurrar um carro, entre um ou muitos bailarinos, entre um ou dois lenhadores e entre um ou dez pilotos de carro de corridas. Todos esses casos ilustram o mesmo ponto: desempenhar uma ação individual não é o mesmo que desempenhar a ação aparentemente idêntica como parte de uma ação conjunta.

Devemos, portanto, fazer a distinção entre dois tipos de ações individuais. Ao tocar o solo de piano, estou executando uma *ação autônoma*. Quando Michael e eu tocamos o dueto de piano, também desempenhamos ações individuais, mas como parte do dueto. Essas ações são o que chamo de *ações partícipes*: atos individuais desempenhados apenas como parte de ações conjuntas. Assim, essas ações, como executar duetos de piano, são constituídas a partir de ações partícipes. Ou então, dito de outro modo, são necessárias ações partícipes para se criar ações conjuntas. São dois lados da mesma moeda:

Tipo de ação

ações conjuntas
 ações partícipes

Agentes

conjunto de participantes
 participantes individuais

Podemos ver qualquer ação conjunta de uma ou de outra forma — como um todo formado por partes ou como partes que formam um todo.

Muitas ações conjuntas apresentam participantes fazendo coisas dessemelhantes. Um motorista que se aproxima de um cruzamento coordena-se com o pedestre que tenta atravessar a rua. Uma bailarina dançando coordena-se com a orquestra que a acompanha. Um vendedor que vai pôr um sapato no pé de uma mulher coordena-se com ela quando a freguesa estende o pé para aceitar o

gesto. Esses exemplos ressaltam um segundo ponto sobre as ações conjuntas: os participantes freqüentemente desempenham ações individuais muito diferentes.

Falar e ouvir

Falar e ouvir são ações que têm sido tradicionalmente vistas como autônomas, como executar um solo de piano. Uma pessoa, digamos Alan, seleciona e produz uma frase na fala ou no papel e outra pessoa, digamos Barbara, recebe e interpreta a frase. Usar a linguagem é, então, como transmitir mensagens de telégrafo. Alan tem uma idéia, codifica-a em código Morse, em japonês ou em inglês, e a transmite para Barbara. Ela recebe e decodifica a mensagem e identifica a idéia que Alan queria que ela recebesse.¹² Sustentarei que falar e ouvir não são independentes uma da outra. Ao contrário, são ações partícipes, como as partes de um dueto, e o uso da linguagem que elas criam é uma ação conjunta, como o próprio dueto.

Falar e ouvir são, elas próprias, compostas de ações em diversos níveis. Conforme observou Erving Goffman (1981a, p. 226), a noção de falante no senso comum engloba de fato três agentes.¹³ O *vocalizador* é “a caixa sonora da qual emanam elocuições”. (O papel correspondente nos cenários escritos poderia ser chamado de *escrevente*.) O *formulador* é “o agente que une, compõe ou escreve as linhas que são pronunciadas”. E o *responsável* é “a parte cuja posição, postura e crença as palavras atestam”. O responsável é o agente que *quer dizer* o que é representado pelas palavras, o *eu* da elocução. Na visão de Goffman, a fala decompõe-se em três níveis de ação: significar, formular e vocalizar (ver também Levelt, 1989).

Na conversa face a face, o falante desempenha todos os três papéis de uma só vez — responsável, formulador e vocalizador. Quando Alan pergunta a Barbara “Você viu meu cachorro passar correndo por aqui?”, ele seleciona o significado que deseja que venha a ser reconhecido, ele formula as palavras a serem pronunciadas e ele próprio vocaliza essas palavras. Nos cenários não-básicos, esses papéis são muitas vezes decompostos. Quando um porta-voz lê uma declaração do Secretário de Estado, ele vocaliza o pronunciamento, mas o que ele está representando é o que o Secretário quer dizer e, além disso, quem formulou o texto foi um assessor. Os escritores *ghost writers*, para tomar um caso diferente, formulam e inscrevem o que redigem, mas as palavras representam aquilo que querem dizer as pessoas no nome de quem eles escrevem. Grande parte disso é

¹² No *modelo de mensagem* subentende-se que a produção de Alan e a recepção de Barbara possam ser estudadas isoladamente. Subentende-se também que mensagens são séries encadeadas de símbolos codificadas em um dado sistema de símbolos (digamos o japonês ou o inglês), de modo que as mensagens podem ser estudadas isoladamente dos processos pelos quais elas são produzidas e recebidas. Se é verdade que falar e ouvir são ações partícipes, as duas implicações anteriores não mais procedem.

¹³ Para evitar confusão, substituí os termos *animador* e *autor* usados por Goffman pelos termos *vocalizador* e *formulador*.

verdade com relação ao que acontece com os tradutores, os redatores de discursos e os editores de manuscritos. Nos cenários prescritivos, significação e vocalização também se decompõem da formulação. Quando um noiva diz “eu, Margaret, aceito você, Kenneth, como meu legítimo esposo”, em uma cerimônia de casamento, ela refere-se a si própria com *eu*, querendo dizer o que diz, mas ela não formula o texto, que é prescrito pela igreja.

Ouvir, da mesma forma, decompõe-se em, pelo menos, três níveis de ação. Quando Barbara ouve a pergunta de Alan “Você viu meu cachorro passar correndo por aqui?”, ela antes de mais nada *volta a sua atenção* às vocalizações de Alan. Ela também está *identificando* suas palavras e frases. E ela é também a “*respondente*”, a pessoa que se espera que reconheça o que o outro quis dizer e que responda à pergunta que ele fez. Na conversa face a face, o interlocutor destinatário desempenha todos os três papéis de uma só vez — respondente, identificador e atendente. No entanto, nos cenários não-básicos, mais uma vez, os papéis se desatrelam. A tarefa principal dos copistas, relatores e estenógrafos, por exemplo, é identificar as elocuções das pessoas, embora seja comum eles tentarem entender à medida que o fazem. Ou então, quando Wim, falando holandês, diz algo para Susan através de um intérprete simultâneo, Susan pode prestar atenção às elocuções de Wim sem identificá-las ou entendê-las. Embora ela preste atenção a o que o intérprete pronuncia, identifique e entenda o que ele diz, a única coisa que ela atribui a Wim é o significado expresso.

As ações componentes das ações de falar e ouvir vêm aos pares. Para cada ação de falar, há uma ação correspondente de ouvir.

Falar	Ouvir
1 A vocaliza sons para B	B atende às vocalizações de A
2 A formula elocuções para B	B identifica as elocuções de A
3 A quer dizer algo a B	B entende o sentido de A

Mas o pareamento é ainda mais forte. Cada nível consiste de duas ações partícipes — uma na ação de falar e a outra na de ouvir — que juntas criam uma ação conjunta. A ação conjunta global na verdade decompõe-se em diversos níveis de ações conjuntas. Esse é o tópico que exploro nos Capítulos 5, 7, 8 e 9.

Uma dessas ações conjuntas é privilegiada, trata-se do nível 3: o significado do falante e o entendimento do interlocutor destinatário. Esse nível é privilegiado, creio, pois define o uso da linguagem. É o critério definitivo que usamos para decidir se algo é ou não é uma instância de uso da linguagem. O uso da linguagem, eu suponho, é o que John Stuart Mill chamou de *tipo natural*¹⁴. Trata-se de uma categoria básica da natureza, assim como as células, os mamíferos, a visão e a aprendizagem, algo que sustenta o estudo científico propriamente dito.

¹⁴ Ver, por exemplo, Quine (1970) e Putnam (1970).

E o que faz com que se trate de um tipo natural vem a ser a ação conjunta que cria o significado de um falante e o entendimento de um interlocutor destinatário.

Produtos emergentes

Quando executamos uma ação, prevemos e até pretendemos muitas de suas conseqüências, mas algumas outras conseqüências simplesmente emergem. Ou seja, as ações têm dois produtos principais: *produtos previstos* e *produtos emergentes*. Vejamos alguns exemplos.

Uma amiga pede que você escreva as palavras *tiara*, *ontem*, *átomo*, *velar* e *arara* uma abaixo da outra e você faz isso. Depois ela diz “Agora lê na vertical”, e você descobre, para a sua surpresa, cinco outras palavras: *toava*, *inter*, *atola*, *remar* e *amora* (adaptado a partir de Augarde, 1980). Você não previu as palavras na vertical; elas apenas emergiram. Então você decide levar essa pequena descoberta para um outro amigo e diz “Ó, eu vou escrever umas palavras uma debaixo da outra. Agora vê só as palavras que aparecem se a gente lê de cima para baixo”. Dessa vez, você antevê as palavras que se formarão a partir das outras, de modo que elas se tornam um produto previsto.

Uma criança de seis anos diz para você: “Diz mil”, e você diz “mil”. “Diz janelas”, e você diz “janelas”. “Diz mil janelas”, e você diz “mil janelas”. Então ela lhe pede para repetir várias vezes bem rápido “mil janelas”, e, quando você faz isso, ela responde “ah, eu não”. Ao produzir “mil janelas” rapidamente, você não previu que iria soar como “mija nelas”. Trata-se de um produto emergente da sua ação.

Susan compõe um dueto misterioso para Michael e eu tocamos em dois pianos. Nossas partes são tão inteligentemente elaboradas de tal modo que nenhum de nós pode prever como o dueto vai soar. No dia em que tocamos juntos, descobrimos que estamos tocando “Greensleeves”. Em outra ocasião, nós dois estamos com outros amigos e anunciamos que vamos tocar “Greensleeves” e cada um faz a sua parte. Na primeira apresentação, essa peça foi um produto emergente de nossas ações conjuntas, mas na segunda ela é um produto previsto ou até pretendido.

Quando indivíduos agem em proximidade uns dos outros, o produto emergente das suas ações pode até ir contra os seus desejos, um ponto levantado por Thomas Schelling (1978). Indivíduos entram em um auditório um por um. O primeiro a chegar senta-se no terço da frente — não muito à frente, mas também não ao fundo. O segundo e os seguintes a chegar, por educação, escolhem sentar-se atrás da pessoa mais adiantada. À medida que o auditório vai enchendo, o padrão que emerge apresenta todas as pessoas sentadas nos dois terços do fundo do auditório. Cada indivíduo talvez preferisse que a platéia estivesse nos dois terços frontais, mas não podem fazer nada para mudar o padrão que emergiu.

Todas as ações têm produtos previstos, e isso vale para as ações conjuntas também. Quando Michael e eu tocamos nossas partes no dueto de Mozart,

háviamos tencionado fazê-lo. Foi previsto. Ao tocarmos o dueto de Susan pela primeira vez, pretendíamos tocar “um dueto”, mas não pretendíamos “tocar ‘Greensleeves’”. Foi simplesmente o que emergiu. No uso da linguagem, é importante não confundir produtos previstos com produtos emergentes. Muitas das regularidades que se presumem como previstas ou pretendidas não são nada disso; elas apenas emergiram.

Seis proposições

Neste capítulo, apresentei as linhas gerais da abordagem ao uso da linguagem que farei neste livro. Ao longo do caminho, apresentei diversas suposições de trabalho.

Proposição 1. A linguagem é fundamentalmente usada com propósitos sociais. As pessoas não simplesmente usam a linguagem. Elas usam a linguagem para fazer coisas — fofocar, se conhecer, planejar as tarefas diárias, fazer negócios, debater política, ensinar e aprender, divertir uns aos outros, proceder a julgamentos nos tribunais, ocupar-se de diplomacia, e assim por diante. Essas são atividades sociais e a linguagem é um instrumento para ajudar a levá-las a cabo. As línguas como as conhecemos não existiriam se não fosse pelas atividades sociais das quais elas são instrumentos.

Proposição 2. O uso da linguagem é uma espécie de ação conjunta. Todos os usos da linguagem exigem um número mínimo de dois agentes, que podem ser reais ou imaginários, tanto pessoas individuais como instituições tomadas como indivíduos. Ao usar a linguagem, os agentes fazem mais do que desempenhar ações autônomas, como o pianista tocando um solo. Eles participam de ações conjuntas, como os músicos de jazz improvisando enquanto tocam juntos. As ações conjuntas exigem a coordenação de ações individuais, seja no caso de os participantes estarem conversando face a face, seja escrevendo um para o outro através de longas extensões de tempo e espaço.

Proposição 3. O uso da linguagem sempre envolve o significado do falante e o entendimento do interlocutor destinatário. Quando Alan produz um sinal para que Barbara identifique, ele quer dizer algo com isso, ele tem certas intenções que ela deve reconhecer. Em coordenação com Alan, Barbara identifica o sinal e entende o que Alan quer dizer. Grande parte do que tomamos como sendo o uso da linguagem lida com a mecânica de se fazer isso efetivamente. Não estaremos inclinados a classificar ações como sendo uso da linguagem a menos que elas envolvam uma pessoa querendo dizer alguma coisa para outra pessoa, que por sua vez está em posição de entender o que a primeira pessoa quis dizer. A Proposição 3 não implica, é claro, que o uso da linguagem seja nada mais do que querer dizer e entender. Trata-se de muito mais. Acontece apenas que essas noções são centrais, talvez os critérios decisivos, para o uso da linguagem.

Proposição 4. O cenário básico para o uso da linguagem é a conversa face a face. Para a maioria das pessoas, a conversa é o cenário mais comum de uso da

linguagem. Para muitos, é o único. As línguas do mundo se desenvolveram quase inteiramente em cenários falados. A conversa também é o berço para o aprendizado da primeira língua pelas crianças. Não faz sentido adotar uma abordagem ao uso da linguagem que não seja capaz de dar conta da conversa face a face, embora muitos teóricos pareçam ter feito exatamente isso. E se a conversa é básica, então outros cenários são derivativos, de uma forma ou de outra.

Proposição 5. O uso da linguagem tem freqüentemente mais do que uma camada de atividade. Em muitos tipos de discurso — peças de teatro, narração de histórias, ditados, leitura de noticiário de televisão — há mais do que um domínio de ação. Cada domínio é especificado, entre outras coisas, por um conjunto de participantes, por um momento, por um lugar e pelas ações tomadas. As ações que quem conta uma história executa com relação à sua platéia, por exemplo, encontram-se em uma camada diferente das ações que os narradores ficcionais executam em suas histórias com relação à sua platéia ficcional. A conversa, na sua forma mais simples, tem apenas uma camada de ação. O falante a qualquer momento é responsável, formulador e vocalizador daquilo que é dito, e os interlocutores destinatários são atendentes, identificadores e respondentes. Ainda assim, qualquer participante pode introduzir camadas adicionais de ação ao contar histórias ou fingir ser outras pessoas. Isso torna a conversa um dos cenários mais ricos de uso da linguagem.

Proposição 6. O estudo do uso da linguagem é tanto ciência cognitiva quanto ciência social. Podemos vislumbrar uma ação conjunta, como um dueto de piano, a partir de duas perspectivas. Podemos nos concentrar nos pianistas individualmente e nas ações partícipes que cada um desempenha. Ou então podemos nos concentrar no par e na ação conjunta que os indivíduos criam como par. Para uma imagem completa, devemos incluir ambas as perspectivas. Não podemos descobrir as propriedades de tocar duetos sem estudar os pianistas tocando como uma dupla e, ainda assim, não podemos entender o que cada pianista faz sem reconhecer que eles estão tratando de criar o dueto através de suas ações individuais.

Embora o estudo do uso da linguagem devesse assemelhar-se ao estudo de qualquer outra atividade conjunta, isso não acontece. Os cientistas cognitivos têm se inclinado a estudar falantes e ouvintes como indivíduos. Suas teorias são tipicamente sobre os pensamentos e ações de falantes isolados ou de ouvintes isolados. Os cientistas sociais, por sua vez, tendem a estudar o uso da linguagem primordialmente como uma atividade conjunta. O seu enfoque tem sido sobre o conjunto de pessoas usando a linguagem, negligenciando os pensamentos e as ações dos indivíduos. Se o uso da linguagem é verdadeiramente uma espécie de ação conjunta, ele não pode ser entendido sob nenhuma das duas perspectivas isoladamente. O estudo da linguagem deve ser tanto uma ciência cognitiva quanto social.

Neste livro, combino as duas visões. Na Parte II, exploro três fundamentos do uso da linguagem: a noção de atividades conjuntas abrangentes (Capítulo 2), os princípios por trás das ações conjuntas (Capítulo 3) e o conceito de base comum

(Capítulo 4). Na Parte III, passo aos atos comunicativos em si próprios, desenvolvendo as noções de significado e entendimento (Capítulo 5) e de sinalização (Capítulo 6). Na Parte IV, explico a noção de níveis de ações conjuntas, propondo a concepção de um nível de projetos conjuntos (Capítulo 7), de um nível significado e entendimento (Capítulo 8), de um nível de apresentação e identificação de elocuições, e de execução e atenção a comportamentos (Capítulo 9). Na Parte V, trato de três questões amplas: os comprometimentos conjuntos estabelecidos na troca de bens (Capítulo 10); elementos característicos da conversa (Capítulo 11); e variedades de disposição em camadas (Capítulo 12). Na Parte VI, concluo.

Referências

- AUGARDE, T. (1986). *The Oxford guide to word games*. Oxford: Oxford University Press.
- BRATMAN, M. E. (1987). *Intention, plans, and practical reason*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- BRATMAN, M. E. (1990). What is intention? In P. R. Cohen, J. Morgan, & M. E. Pollack (Orgs.), *Intentions in communication* (pp. 15-31). Cambridge, MA: MIT Press.
- CLARK, H. H., & BRENNAN, S. A. (1991). Grounding in communication. In L. B. Resnick, J. M. Levine, & S. D. Teasley (Orgs.), *Perspectives on socially shared cognition*, pp. 127-149. Washington, DC: APA Books.
- CLARK, H. H., & CARLSON, T. B. (1982a). Hearers and speech acts. *Language*, 58, 332-373.
- CLARK, H. H., & SCHAEFER, E. F. (1987a). Collaborating on contributions to conversations. *Language and Cognitive Processes*, 2(1), 19-41.
- CLARK, H. H., & SCHAEFER, E. F. (1992). Dealing with overhearers. In H. H. Clark (Org.), *Arenas of language use*, pp. 248-297. University of Chicago Press.
- COHEN, P. R., & LAVESQUE, H. J. (1990). Persistence, intention, and commitment. In P. R. Cohen, J. Morgan, & M. E. Pollack (Orgs.), *Intentions in communication* (pp. 33-69). Cambridge, MA: MIT Press.
- FILLMORE, C. (1981). Pragmatics and the description of discourse. In P. Cole (Ed.), *Radical pragmatics*, pp. 143-166. New York: Academic Press.
- GOFFMAN, E. (1976). Replies and responses. *Language in Society*, 5, 257-313.
- GOFFMAN, E. (1978). Response cries. *Language*, 54, 787-815.
- GOFFMAN, E. (1981). *Forms of talk*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press.
- HYMES, D. (1974). *Foundations in sociolinguistics: An ethnographic approach*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press.
- LEVELT, W. J. M. (1989). *Speaking*. Cambridge, MA: MIT Press.
- PUTNAM, H. (1970). Is semantics possible? In H. E. Kiefer & M. K. Munitz (Orgs.), *Language, belief, and metaphysics* (pp. 50-63). Albany: State University of New York Press.
- QUINE, W. V. (1970). Natural kinds. In N. Rescher (Org.), *Essays in honor of Carl G. Hempel: A tribute on the occasion of his sixty-fifth birthday*, pp. 5-23. Dordrecht: Reidel.
- SACHS, J., BARD, B., & JOHNSON, M. L. (1981). Language learning with restricted input: Case studies of two hearing children of deaf parents. *Applied Psycholinguistics*, 2(1), 33-54.
- SCHELLING, T. C. (1960). *The strategy of conflict*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- SCHOBBER, M. F., & CLARK, H. H. (1989). Understanding by addressees and overhearers. *Cognitive Psychology*, 21, 211-232.
- SNOW, C. E., ARLMAN-RUPP, A. HASSING, Y., JOBSE, J., JOOSTEN, J., & VORSTER, J. (1976). Mothers' speech in three social classes. *Journal of Psycholinguistic Research*, 5, 1-20.